



COC-232/81

Contrato de Concessão para explo-
ra o dos serviços públicos de a-
bastecimento de água e remo o de
esgotos sanitários, que entre si
fazem a Companhia de Saneamento do
Paraná-SANEPAR, e a Prefeitura Mu-
nicipal de ENGENHEIRO BELTRÃO, con-
forme adiante se declara:

Nesta data, compareceram de um la-
do, o Município de ENGENHEIRO BELTRÃO, por seu Prefeito Municipal,
devidamente autorizado pela Lei n  234/79 de 05.10.79 e do outro
lado, a Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, neste ato re-
presentada por seu Diretor Presidente Eng  INGO HENRIQUE HÉBERT ,
por seu Diretor Financeiro Eng  PAULO ROBERTO MAINGU , assistida
pela Advogado ALLAN STRADIOTTO, para firmar o presente Contrato
de Concessão, nas condições expressas nas cláusulas seguintes :
PRIMEIRA: Fica concedido à SANEPAR, criada pela Lei Estadual n 
4684, de 23.01.63, a explora o e opera o dos serviços públicos
de abastecimento de água e remo o de esgotos sanitários de ENGE-
NHEIRO BELTRÃO pelo prazo de 30 anos, obedecida a legisla o vi-
gente e aplicável   espécie. PARÁGRAFO ÚNICO: Para os fins pre-
vistas no presente Contrato são designados: a) CONCEDENTE: Pre-
feitura Municipal; b) CONCESSIONÁRIA: Companhia de Saneamento do
Paraná-SANEPAR. SEGUNDA: Para um perfeito desempenho do encar-
go aqui assumido, compete a CONCESSIONÁRIA, com exclusividade ,
diretamente, ou mediante contrato com entidade especializada em
engenharia sanitária: a) estudar, projetar e executar as obras
relativas à constru o, amplia o ou remodela o dos sistemas p -
blicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários mu-
nicipais; b) atuar como órgão coordenador, executor ou fiscaliza-
dor de execu o dos convênios celebrados para fins do item a , en-
tre o Município e  rg os Federais ou Estaduais; c) operar, man-
ter, conservar e explorar os serviços de água potável e de esgo-
tos sanitários; d) emitir, fiscalizar e arrecadar as contas dos
serviços que prestar. TERCEIRA: É delegada   CONCESSIONÁRIA, com-
petência para fixar tarifas que permitam a justa remunera o do
investimento, o melhoramento e a expansão dos serviços e assegu-
rem o equilíbrio econ mico e financeiro do sistema explorado, nos
termos do Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e
o BNH, de acordo com o disposto nos incisos I e II, do artigo 167,

6 JP [signature] [signature]



da Constituição Federal. QUARTA: É vedado   CONCESSIONÁRIA proce-
der isenção de tarifas e custo de seus serviços. QUINTA: Os lotea-
mentos futuros s  poderão ser aprovados pela CONCEDENTE, desde que,
em seu traçado, seja prevista a execução de redes coletoras de es-
gotos sanitários e de distribuição de água, previamente aprova-
dos pela CONCESSIONÁRIA. PARÁGRAFO ÚNICO: A execução de tais me-
lhorias será suportada pela empresa ou pessoa que efetuar o lotea-
mento. SEXTA: Caberá   CONCEDENTE, recompor a pavimentação das -
ruas danificadas em decorrência das obras de instalação, amplia-
  o e reparos de redes públicas e coletores prediais, durante a
aplicação e carência dos recursos emprestados pelo BNH. PARÁGRAFO
ÚNICO: A CONCESSIONÁRIA ficará obrigada a recompor os passeios ,
ficando-lhe facultado faturar os serviços de recomposição contra
os usuários diretamente atingidos. SÉTIMA: O Poder Executivo Mu-
nicipal decretará a utilidade pública para fins de desapropriação
ou estabelecimento de bens e direitos necessários aos serviços da
CONCESSIONÁRIA, seus melhoramentos, extensões e ampliações nos
termos da Legislação vigente. PARÁGRAFO ÚNICO: Nos casos previs-
tos nesta cláusula, o  nus da indenização ficará a cargo da CON-
CEDENTE, mediante acordo com os interessados ou através de a  o
judicial. OITAVA: A CONCESSION RIA poderá utilizar, para a reali-
za  o dos serviços ora concedidos, os terrenos de dom nio p bli-
co municipal e neles estabelecer servid es através de estradas ,
caminhos e vias públicas, na forma da lei específica. NONA: A CON-
CESSION RIA gozar  de total isen  o de impostos municipais relati-
vamente a seus bens e serviços de conformidade com a Lei Muni-
cipal. DÉCIMA: A CONCESSIONÁRIA na data do início da operação do
sistema entra na posse do acervo patrimonial líquido do sistema
de abastecimento de água da cidade de Engenheiro Beltrão no va-
lor de 15.297,395 UPC, correspondendo nesta data a CR\$
15 994 038,36 (quinze milhões, novecentos e noventa e quatro mil,
trinta e oito cruzeiros e trinta e seis centavos) UPC do 3  Tri-
mestre/81, compreendendo: terrenos, construção civil, equipamentos,
móveis e utensílios, veículos, telefone e rede de distribuição de
 gua, tudo conforme Laudo de Avaliação. PARÁGRAFO PRIMEIRO: O
acervo patrimonial líquido ora recebido será levado a crédito da
CONCEDENTE e será considerado como participação do Município, per-
centual de participação estipulado na Lei de Concessão, na época
da conclusão do projeto de melhoria e ampliação do sistema de  -
gua, mediante assinatura de Termo Aditivo ao presente contrato. PA
R GRAFO SEGUNDO: O acervo patrimonial será incorporado pela CON-
CESSIONÁRIA através de Assembléia Geral Extraordinária, quando

5 88 22 22



serão entreques ações preferenciais ao Município. PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONCEDENTE participar  ainda com igual percentagem nas futuras construções, melhoramentos, extensões ou ampliações dos sistemas da cidade de acordo com cronograma físico-financeiro das obras. PARÁGRAFO QUARTO: A participação futura de que trata o parágrafo terceiro, será em dinheiro e/ou bens e direitos dos sistemas existentes, ficando desde já estabelecido que as participações serão transformadas em ações preferenciais no capital da CONCESSIONÁRIA, respeitadas as disposições do artigo 2  e seus parágrafos da Lei de Concessão, num montante que não inviabilize economicamente a implantação da obra. PARÁGRAFO QUINTO: No caso de bens e direitos aludidos no parágrafo terceiro, o valor dos mesmos será fixado por avaliação na forma da Lei 6404 de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações). DÉCIMA PRIMEIRA : Se no decorrer da Concessão houver interesse das p rtes na execução das obras de remoção de esgoto sanitário, a CONCEDENTE se compromete a participar com um percentual a ser definido, mediante assinatura de Termo Aditivo. DÉCIMA SEGUNDA: Por ocasião da assinatura do presente Contrato, o Poder Executivo outorgará procuração   Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, de acordo com as disposições do artigo 3  da Lei de Concessão. DÉCIMA TERCEIRA: Será de responsabilidade do Município, os pagamentos das tarifas devidas por banheiros, fontes, torneiras públicas e ramais de esgotos sanitários utilizados pela CONCEDENTE ou de sua responsabilidade. DÉCIMA QUARTA: A CONCESSIONÁRIA não se responsabilizará pela interrupção de fornecimento dos serviços de água e remoção de esgotos sanitários motivada por força maior, como greves, inundações, acidentes, incêndios, comoções públicas, guerras, etc. DÉCIMA QUINTA: A CONCESSIONÁRIA manter  constantemente estudos visando o aprimoramento e a programac  o das obras de instalação e de ampliação dos serviços públicos concedidos dentro de sua política de a  o. DÉCIMA SEXTA: Sempre que julgar necessário, a CONCEDENTE poderá solicitar esclarecimentos quanto ao programa de a  o em prática na área atendida pela CONCESSIONÁRIA e quanto as tarifas vigentes. DÉCIMA SÉTIMA: A CONCESSIONÁRIA poderá embargar o funcionamento de poços artesianos, freáticos e cisternas existentes nos locais providos de rede pública de distribuição de água, devendo proceder ao fechamento e lacrar as referidas fontes de abastecimento sem o direito dos proprietários ou usuários reclamarem qualquer indenização. PARÁGRAFO ÚNICO: Fica desde já estabelecido que as disposições desta cláusula somente serão aplicadas quando o sistema operado pela CONCESSIONÁRIA possuir condições técnicas para aten-

[Handwritten signatures]



der os usuários abastecidos por bo os particulares. DÉCIMA OITAVA: Poderá a CONCESSIONÁRIA sustar o fornecimento de água aos usuários, sempre que o débito do imóvel ultrapassar trinta dias do vencimen- to, e em outros casos previstos em seu Regulamento. DÉCIMA NONA : Ocorrendo o caso de não prorrogação do prazo de concessão previs- ta na cláusula primeira, ou rescisão do presente contrato, o acer- vo do sistema de água e coleta de esgotos sanitários, será trans- ferido ao patrim nio do Município, respeitados os estatutos da CONCESSIONÁRIA, bem como após assumir a responsabilidade pelo pa- gamento dos compromissos financeiros porventura existentes na da- ta da transferência do acervo, e indenizar a SANEPAR pelos inves- timentos que excederem a participação do Município. VIGÉSIMA: O Poder Executivo fica responsável pelas eventuais indenizações de bens e direitos reclamados por terceiros, concessionárias ou não, de sistemas de abastecimento de água e coleta de esgotos sanit  - rios. VIGÉSIMA PRIMEIRA: Este contrato terá vigência a partir da sua assinatura, condicionado o início de operações a 30 (trinta) dias após a assinatura do presente contrato. PARÁGRAFO ÚNICO: A CONCESSIONÁRIA, em hipótese alguma, será considerada sucessora da CONCEDENTE. VIGÉSIMA SEGUNDA: Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Capital do Estado, para nele serem resolvidos todas as questões judiciais, derivadas deste instrumento, renunciando as partes expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 03-09-81

ENG  INGO HENRIQUE HÉBERT
DIRETOR PRESIDENTE DA SANEPAR

SR. SIDNEY POLADO
PREFEITO MUNICIPAL

ENG  PAULO ROBERTO MAING E
DIRETOR FINANCEIRO DA SANEPAR

ALLAN STRADIOTTO
ADVOGADO DA SANEPAR

TESTEMUNHAS:

AS/aam

